



A POLÍTICA DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR: O REUNI COMO INSTRUMENTO DE INTERIORIZAÇÃO

HIGHER EDUCATION EXPANSION POLICY: REUNI AS AN INTERIORIZATION INSTRUMENT

DOI: <https://doi.org/10.24979/ambiente.v15i1.1035>

Waldemar Moura Vilhena Júnior <http://lattes.cnpq.br/3998440471398720>
Selma Suely Baçal de Oliveira <http://lattes.cnpq.br/5050471052673175>

Resumo: O texto é parte da etapa obrigatória e necessária da disciplina Educação, Políticas Públicas Educacionais: Gestão, Financiamento e Avaliação da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEDA/EDUCANORTE. Trata-se de um Ensaio de caráter bibliográfico no qual procuramos refletir a partir de uma perspectiva sociológica, sobre a Política de expansão e interiorização do Ensino Superior nos governos do Partido dos Trabalhadores e consequências para as Políticas de Ensino Superior no Brasil. Com efeito, o trabalho está dividido em quatro partes incluindo a introdução e a conclusão: no primeiro momento tratamos sobre as Política de Educação Superior no âmbito dos governos petista, e no segundo momento trazemos uma discussão sobre o REUNI como um novo modelo de Ensino Superior a partir do contexto político progressista que prioriza a implementação de políticas pública em busca de equidade inclusão. E finalmente, à guisa de considerações finais, procurar analisar como a política e o modelo de Ensino Superior se articulam no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Ensino Superior, Reuni.

Abstract: The text is part of the mandatory and necessary stage of the discipline Education, Educational Public Policies: Management, Financing and Evaluation of Education, of the Graduate Program in Education – PPGEDA/EDUCANORTE. This is a bibliographical essay in which we seek to reflect, from a sociological perspective, on the Policy of expansion and interiorization of Higher Education in the Workers' Party governments and the consequences for Higher Education Policies in Brazil. The work is divided into four parts, including the introduction and conclusion: at first, we deal with Higher Education Policies in the scope of PT governments; and in the second moment, we bring a discussion about REUNI as a new model of Higher Education from the progressive political context, which prioritizes the implementation of public policies in search of equity and inclusion. And, finally, the final considerations seek to analyze how the Higher Education policy and model are articulated in the Support Program for Restructuring and Expansion Plans at Federal Universities.

Keywords: Public Policies; Higher Education; Reuni.

INTRODUÇÃO

Buscando conhecer e posteriormente analisar as Políticas Públicas de Educação Superior dos governos do Partido dos Trabalhadores, nos debruçamos sobre o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni o qual entendemos ser o maior e mais robusto política para o Ensino Superior do país até o momento, ele está inserido no contexto dos novos modelos de ensino de graduação geral em regime de ciclos, seu marco conceitual alicerçava-se categorias como: etnodiversidade, interdisciplinaridade e autonomia que são mediadoras do modelo contido do programa. Estão presentes no texto também o debate sobre os modelos de Ensino Superior que de uma forma ou de outra influenciam e ou interferem nas abordagem e arranjos pelo qual percorreu e ainda percorre o modelo brasileiro.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: O CONTEXTO POLÍTICO DOS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Partimos da compreensão inicial de que a grande maioria da sociedade está e vai continuar fora da universidade, inclusive, eles não fazem ideia do que se faz lá e sinceramente em função de suas condições objetivas de sobrevivência cotidiana, essa não é uma questão que os preocupa primariamente. No entanto, é aí que mora o problema, pois, sabemos que no sistema sob a égide do capital, (e não adianta nutrir a fantasia românticas que ele vá mudar de repente de Leviatã para Athena¹ e ou Thêmis²) que ele vá garantia universidade para todos, principalmente, uma “universidade crítica e cidadã” como defendem: Almeida Filho (2007), Cunha (2007), Chauí (2001),

(Ribeiro (2014; 2018); Saviani (2015; 2021), Souza (2019) e Fernandes (2020).

Na contramão do projeto neoliberal dos governos anteriores ao do Partido dos Trabalhadores, nasce o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), teve seu início legal a partir do Projeto de Lei Nº. 7.200³ de 2006 de autoria do Poder Executivo, sinalizando uma nova rumo nas reformulações e inserção de novas concepções de Políticas Públicas batizada de “Universidade Nova”, nesse contexto, em 2007 o Governo Federal instituiu a partir do Decreto presidencial nº 6.096/2007, com objetivo primário de proporcionar as condições objetivas de ampliação do acesso e permanência de pessoas de baixa renda no Ensino Superior, no nível de graduação presencial, adjetivava também um aproveitamento mais adequado tanto dos recursos humanos quanto da estrutura física já existentes nas IES Públicas, as quais apresentavam números significativos de vagas ociosas. Como também abria a possibilidade de criação de novos campus efetivando assim a presença das IES Públicas no Interior do Brasil (BRASIL, 2007).

Sobre o modelo que norteou as Políticas para o Ensino Superior no governo petista na época da reforma do Ensino Superior e conseqüentemente na concepção do REUNI, podemos destacar o modelo Europeu no âmbito do que ficou conhecido como Processo de Bolonha, conforme aparece no Projeto da UFBA citado anteriormente.

Em 1998, em Paris, os ministros da educação da Alemanha, França, Itália e Reino Unido assinaram uma declaração conjunta onde perspectivam já a construção de um “espaço europeu de educação superior” (DECLARAÇÃO DA SORBONNE,

1 Atena é a deusa da sabedoria, das artes, da inteligência e da guerra na mitologia grega. Ela era uma das principais deusas do panteão grego, sendo uma das entidades entre os doze deuses olímpicos. Também conhecida como Palas Atena, era uma deusa guerreira que prezava pela justiça entre as pessoas. Em uma disputa com Poseidon, Atena se tornou patrona de uma região da Ática, hoje conhecida como Atenas. Na mitologia romana, a deusa correspondente

é Minerva. A deusa da sabedoria e das estratégias em batalha era considerada equilibrada, sábia, diplomática e protetora de cidadelas. Para Atena, a guerra não era um espaço de brutalidade, mas de conquistas sociais e políticas. Ela era uma verdadeira guerreira justiceira! Disponível: <https://www.hipercultura.com/atenas-caracteristicas-deusa-grega/>. Acesso: 28/08/2021.

2 A Deusa da Justiça (Thêmis) tem sua origem na mitologia grega. Ela é descrita como “de bom conselho”, e é a personificação da ordem, da lei e protetora dos oprimidos. Costumava se sentar ao lado do trono de Zeus para aconselhá-lo. Era filha de Urano, Deus do Céu, e de Gaia, Deusa de Terra, portanto é filha do Espírito e da matéria, uma titã. Thêmis significa “lei divina” ao invés de ordenança humana, literalmente, “aquilo que é colocado no lugar”, do verbo grego tithemi (τίθημι), que significa “colocar”. Os romanos a chamavam Justitia e foi a segunda esposa de Zeus, após este desposar Métis e antes de se casar com Hera. Com Zeus, ela deu à luz as Horas e as Moiras. As Horas também, como as irmãs Moiras, formavam uma trindade: Eunômia, Irene e Dique e representavam a Disciplina, a Paz e a Justiça na mitologia grega. Responsáveis pelo fluxo do tempo e das estações. Thêmis é hoje a imagem que ilustra as grandes decisões judiciais. E, é também a escultura que cumprimenta todos os dias nossos Ministros do Supremo Tribunal Federal em Brasília. A obra construída (estátua da Justiça) por Alfredo Ceschiatti teve como objetivo adornar o STF, que foi idealizado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Disponível: <https://jus.com.br/artigos/48436/a-origem-da-themis>. Acesso: 28/08/2021.

3 Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências.

1998). No ano seguinte, os ministros de vinte e nove estados europeus, incluindo Portugal, subscreveram a chamada Declaração de Bolonha (1999), onde assumem como objetivos o estabelecimento, até 2010, de um espaço europeu de educação superior coerente, compatível, competitivo e atrativo para estudantes europeus e de países terceiros (LIMA; AZEVEDO; CATANI 2008, p. 10).

Entendemos que a consolidação da universidade como mecanismo de transformação/ação se dará na medida em que ela for capaz de contribuir na tomada de consciência das desigualdades sociais e do a partir de uma práxis objetivamente transformadora e principalmente estar onde ninguém quer ir, ou seja, nas periferias dos grandes centros urbanos, no interior do país e nas comunidades indígenas. Essa ideia permeou todas as novas Universidades como também os Cursos Interdisciplinares regulares nas Universidades Federais criadas na Era PT, como também nos Cursos destinados aos Indígenas e Camponeses.

Vale ressaltar que como representação máxima do grande capital, o Banco Mundial⁴ (BM), foi quem historicamente dita regras não só no Brasil, mas em toda a América latina, a partir da posição hegemônica dos EUA (fortalecida no pós queda do Muro de Berlim e o fim da URSS). Outros Organismos Internacionais também fazem consultoria e estudos (mas não tem o caráter intervencionistas do BM e suas agências subsidiárias), entre eles destacamos: a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OCDE), também tem feito estudos e elaborado relatórios nas mais diversas áreas, como também prestando acessórias inclusive na área de Ensino Superior.

A partir da década de 2000, de acordo com Calderón, Pedro e Vargas (2011), um discurso ainda mais economicista passa a ser utilizado pela Unesco, como está evidenciado no documento *La educación superior en los países en desarrollo: peligros y promesas* (Banco Mundial e Unesco 2000) e no Relatório sintético sobre as tendências e desenvolvimentos na educação superior da Conferência Mundial sobre a Educação Superior (1998-2003) (Unesco 2003a). [...]

Em linhas gerais, compreendemos que a Unesco passou a recomendar um sistema híbrido, em que recursos privados e estatais financiem a educação

superior, cabendo ao Estado o controle e a supervisão do sistema educacional e a qualidade acadêmica das instituições. Nesta ótica, a educação superior assumiria o papel de formação de profissionais considerando as exigências do setor produtivo, além de desenvolver a investigação aplicada (inovação), cujos resultados poderiam ser transformados em produtos passíveis de serem explorados pelo mercado. (THIENGO, 2019, p. 75, 76).

Mesmo não exercendo função regulatória de Políticas Públicas a exemplo do BM, a OCDE vem exercendo um importante papel pelo menos nos últimos 20 anos, vem aprimorando sua capacidade analítica o que tem lhe rendido influência significativa no contexto da educação, “o que ocorre a partir de novo e poderoso paradigma da construção das políticas públicas: a governação por números”. (THIENGO, 2019, p. 77).

Dessa maneira, alinhando-se as recomendações da UNESCO e da OCDE, foi sistematizado um documento de cunho quantitativo, resultante dos dados levantados, dos encontros da comissão e dos debates acumulados pelas entidades, no sentido de atingir ampla divulgação e a multiplicidade de atores envolvidos na discussão do sistema educacional brasileiro, que buscam processos formativos de qualidade e de redução de desigualdades. “É possível destacar, no âmbito dos depoimentos colhidos, três importantes dimensões da expansão, em especial do REUNI, que serão objeto de análise neste relatório, a saber: política, pedagógica e de infraestrutura” (BRASIL, 2012, p. 27).

Dimensão política, é possível aferir o cumprimento do objetivo do programa de possibilitar uma maior democratização do acesso, com o aumento de mais de 100% do número de vagas de graduação presencial ofertadas nas universidades federais e a criação de novas universidades e novos câmpus universitários.

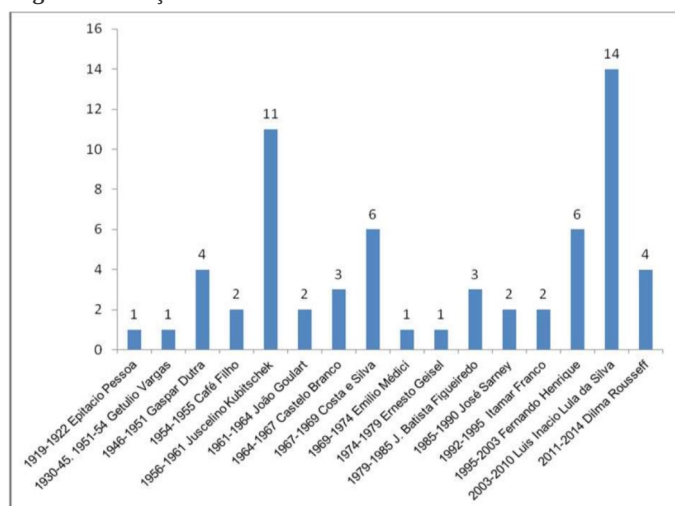
A importância desse processo de democratização do acesso ganha destaque acentuado no contexto da interiorização do ensino superior federal do país. As novas universidades e os novos câmpus trazem a oportunidade de estudos universitários a estudantes que vivem fora dos grandes centros urbanos, onde se inseriam quase que exclusivamente as Ifes.

4 O Grupo Banco Mundial (GBM) é constituído por sete organizações com diferentes mandatos, gravitação política, estruturas administrativas e instâncias de decisão. São elas: Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), criado em 1944; Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), criada em 1960; Corporação Financeira Internacional (CFI), de 1956; Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos (CICDI), de 1966; Agência Multilateral de Garantias de Investimentos (AMGI), de 1988; Instituto de Desenvolvimento Econômico (IDE), de 1955, renomeado de Instituto do Banco Mundial (IBM) em 2000; e Painel de Inspeção, criado em 1993. O chamado “Banco Mundial” é formado apenas pelo BIRD e pela AID, mas mantém estreita articulação com o conjunto do GBM, à exceção, em parte, do Painel de Inspeção. (PEREIRA, 2014, p. 78).

Há um reconhecimento de que o fenômeno da interiorização traz, para além da possibilidade de acesso, contribuições expressivas para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas essas unidades acadêmicas, uma vez que, juntamente com o ensino, se desenvolvem a pesquisa e a extensão. Desse modo, o Reuni constituiu-se em um programa que possibilita às Ifes cumprir seu papel de apoio ao desenvolvimento dos estados, das regiões e do país” Segundo Brasil (BRASIL, 2012, p. 27).

Conforme podemos comprovar, a ideia do REUNI foi também chegar ao interior do Brasil e havia também uma compreensão de que uma vez instaladas em determinadas localidades as IES Públicas cumpririam papel social importante tanto na dimensão da formação humana, como também serviria de vetor para do desenvolvimento econômico da região. A abaixo é possível visualizar esse processo de expansão:

Figura 1: Criação Universidades



Fonte: Relatório da Comissão Constituída pela Portaria MEC nº 126/2012.

Como se pode ver no gráfico acima que demonstra a linha do tempo de expansão da rede federal de nível superior é realmente significativo pois os números de certa forma falam por si. “O Gráfico retrata o histórico da criação das universidades federais em diferentes períodos de governos (1919-2014). Observa-se que, de 1919 até 2002, foram criadas 45 universidades” (BRASIL 2012, p. 25). Abaixo podemos visualizar a expansão do ensino superior nos governos petista.

Figura 2: Universidades nos governos PT.

	2003	2010	2014
Universidades	45	59 (14 novas)	63 (04 novas)
Campus	148	274 (126 novos)	321 (47 novos)
Municípios	114	230	275

Fonte: Sisu/MEC (2012).

No quadro acima o qual deve ser lido associado com o gráfico anterior, é importante destacar que houve um esforço objetivo (particularmente no período Lula), período de 8 anos, compreendendo os anos de 2003 a 2010, tempo esse que olhando os números de modo geral pode-se dizer que foi um tempo curto para se criar 14 universidades (ANDIFES, 2012).

Isto posto, é imperativo que reconheçamos esse feito (que já tem seu marco gravado na história), principalmente pelos efeitos positivos em toda cadeia (econômica, social e política) de desenvolvimento que o fenômeno da interiorização traz para a localidade, o município, o estado e consequentemente soma-se a outros esforço a médio e longo prazo somam positivamente para o país, mas para a localidade e os municípios (vale ressaltar que uma vez instalada e determinado local, as IES atendem geralmente vários municípios que se voltam para ela) os efeitos são geralmente de curto e médio prazo já que ao passo que se vai qualificando a população da região, isso geralmente significa a prestação de um serviço mais qualificado em setores que vão da administração pública nas prefeituras, no setor do comércio e na agropecuária (em se tratando de interior é importante lembrar que esse é geralmente o setor mais importante).

Nesse contexto entendemos como Gramsci (1978), que a Política de Interiorização permite que as populações distantes dos grandes centros urbanos, das capitais e regiões metropolitanas tenham acesso ao conhecimento que lhes permitirá além de outras coisas o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre.

[...] Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘por si’, sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica. (GRAMSCI, 1978, p. 21).

Além da possibilidade de acesso a formação superior existe também a contribuição que a formação em nível superior pode proporcionar tanto para os indivíduos quanto para a localidade, comunidade, municípios, estado e ou região onde estão inseridas as unidades acadêmicas, com isso, surgem várias possibilidades de trocas de experiências e novas formas de perceber a localidade

a partir do tripé que norteia o mundo acadêmico: o ensino, a oportunidade de fazer pesquisa e se aprimorar com a extensão. (BRASIL, 2012).

Quanto a dimensão pedagógica do Programa, expressa no documento do MEC, uma das ambições do programa era também corroborar na reestruturação das IES tanto na parte da gestão quanto na pedagógica-didática.

Pode-se afirmar que o Reuni estimulou a mudança de paradigmas, na medida em que possibilitou a organização de novos arranjos curriculares, com destaque para os bacharelados interdisciplinares, implantados em 15 universidades. Mais de 80% dos reitores afirmam que houve revisão da estrutura acadêmica com a implantação do Reuni e também a preocupação de todos em criar novos programas voltados para o sucesso dos estudantes (BRASIL, 2012, p. 29).

No contexto proposto e operado pelo MEC conforme aparece na citação acima, a palavra *Interdisciplinaridade* a parece não como uma mera metodologia pedagógica, mas, como termo portador de uma mudança paradigmática e nesse contexto entendemos que o formulador da Política Pública de Interiorização da Educação Superior, lança a mão da Interdisciplinaridade como mediador necessário e adequado que conseguem manter o vínculo com a instituição universitária, e ao mesmo tempo é capaz de atender exigências sociais, políticas e econômicas a partir da adoção de novos arranjos interdisciplinares de Ensino Superior.

ENTRE A EXPANSÃO E A INTERIORIZAÇÃO: O NOVO MODELO DO REUNI

A mudança de governo, em 2003, acarretou a reorientação da política educacional no sentido de fortalecer o ensino público, sobretudo nas universidades federais, a partir de 2004 foi posto em prática determinadas ações visando reverter a condição de sucateamento em que se encontravam as IES públicas federais, com recuperação orçamentaria, implantação de novas unidades, contratação de pessoal mediante concurso público. Mirando a democratização e a interiorização do Ensino Superior, em 2004, foi criado o Programa Universidade para Todos (PROUNI), em 2007, veio o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que visa aumentar a qualidade dos seus cursos, melhorar o aproveitamento das estruturas físicas e rever sua arquitetura acadêmica. (MARTINS, 2009).

Sinalizando mais uma tentativa de reforma e atualização do sistema educacional brasileiro, o governo encabeçado pelo partido dos Trabalhadores iniciou um debate dentro e fora da universidade em 2004, trazendo à tona novas perspectivas para o Ensino Superior.

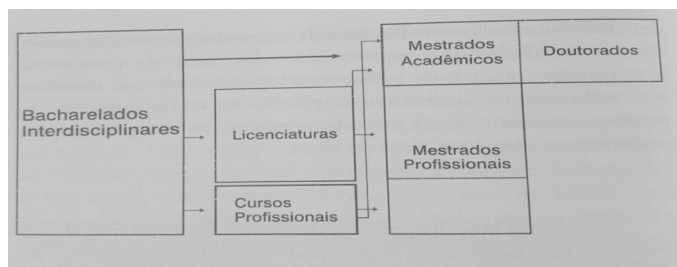
No plano nacional, registro o processo de debates entre os dirigentes da rede federal de educação superior, que culminou com um documento intitulado Proposta da ANDIFES para a reestruturação da educação superior no Brasil (ANDIFES, 2004). Além de apresentar proposições sobre autonomia, financiamento e política de recursos humanos para o sistema federal de ensino superior, este documento explicitava, dentre suas estratégias:

- Promover as alterações que se fizerem necessárias no ensino de Graduação e Pós-Graduação, de modo a garantir aos estudantes a condição de formação cidadã, com ênfase nos valores éticos e cívicos que devem orientar a vida numa sociedade justa e democrática.

- Revisar os currículos e projetos acadêmicos para flexibilizar e racionalizar a formação profissional, bem como proporcionar aos estudantes experiências multi e interdisciplinares, formação humanista e alta capacidade crítica (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 260).

Já na esteira das mudanças globais no contexto do Processo Bolonha e MUE, surge no âmbito de algumas universidades brasileiras, propostas que se alinhavam com as recomendações da UNESCO e OCDE, como o Bacharelado em Humanidades da USP encabeçada pelo professor Renato Janine Ribeiro, a arquitetura experimental da Universidade do ABC e o Projeto UFBA Nova, marcando uma ruptura com as diretrizes do BM/EUA.

Enfim, o projeto UFBA Nova começou a tomar forma e deixou de ser uma boa intenção num documento retórico de política institucional. Em setembro de 2006, foi apresentado formalmente ao Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão e ao Conselho Universitário, órgãos máximos de deliberação da UFBA, que determinaram à nossa equipe levar a proposta às unidades, incluindo-a como parte do processo de discussão do PDI. Antes de descrevê-lo com algum grau de detalhamento, preciso ainda contar como o projeto UFBA Nova tornou-se Universidade Nova (ALMEIDA FILHO 2007, p. 264).

Figura 3: Modelo da Universidade Nova

Fonte: Almeida Filho (2007).

A proposta da Universidade Nova é uma mudança radical na atual Modelo Brasileiro (MBR), conforme foi demonstrado na Figura acima. Nesse modelo serão trabalhados três ciclos que também implica no processo de seleção: 1): Bacharelados Interdisciplinares (BI), propiciando formação universitária geral, como pré-requisito para progressão aos ciclos seguintes; 2): Formação profissional em licenciaturas ou carreiras específicas; 3): Formação acadêmica, científica ou artística, de pós-graduação. A ideia básica é oferecer um modelo compatível com o Modelo Norte Americano (MNA) e o Modelo da União Europeia (MEU), com duração de dois a três anos abrangendo as grandes áreas do conhecimento, a partir de uma estrutura curricular com três modalidades: Curso-Tronco (CT); Formação Geral (FG); Formação Específica (FE) (ALMEIDA FILHO, 2007).

O marco conceitual do Reuni está inserido no contexto dos novos modelos de ensino de graduação geral e em regime de ciclos, esse movimento fazia parte de um movimento dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para tornar compatíveis entre si os modelos curriculares, como os bacharelados interdisciplinares (BI) e similares (ALMEIDA FILHO; COUTINHO, 2011).

Em 2003, a USP foi pioneira com os bacharelados em ciências moleculares (inegável sucesso, inexplicavelmente descontinuado) e em humanidades (excelente projeto, não implantado). Em 2005, a nova Universidade Federal do ABC (UFABC) inaugurou inicialmente o BI em C&T, com um primeiro ciclo de três anos e onze opções de segundo ciclo; em 2007, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) havia aprovado a oferta de BIs em quatro grandes áreas do conhecimento (artes, humanidades, C&T, saúde). Outras instituições federais estão seguindo essa tendência inovadora: UFRN, Ufersa, UFCG, UFRB, UFJE, Unifal, UFVJM, UFSJ, UFSC, Ufac, Ufopa e Unipampa (ALMEIDA FILHO; COUTINHO, 2011, p. 04).

Com efeito, o marco conceitual alicerçava-se em três eixos principais: 1 - nas epistemologias não-

cartesianas valorizando a inter e transdisciplinaridade permitindo a interação dos saberes como artes eminentemente humana, transpondo essa perspectiva para a formação; 2 - a etnodiversidade como elemento central das teorias críticas como mediadora dos processos de educação; 3 - o cumprimento da missão (trans)formadora da Universidade partiria de uma pedagogia emancipadora e comprometida com a formação de sujeitos autônomos e inventivos. Portanto, a etnodiversidade, interdisciplinaridade e autonomia são as categorias referências na mediação e solução dos problemas complexos da atualidade (ALMEIDA FILHO; COUTINHO, 2011).

A proposta atualmente denominada de Universidade Nova implica uma transformação radical da arquitetura acadêmica da universidade pública brasileira, visando a superar os desafios e corrigir [uma série de] defeitos. Pretende-se, desse modo, construir um modelo compatível tanto com o Modelo Norte-Americano (de origem Flexneriana) quanto com o Modelo Unificado Europeu (processo de Bolonha) sem, no entanto, significar submissão a qualquer um desses regimes de educação universitária. A principal alteração proposta na estrutura curricular da universidade é a implantação de um regime de três ciclos de educação superior (LIMA; AZEVEDO; CATANI 2008, p. 22).

Como se pode observar, as Políticas Públicas de Educação Superior sob os governos petista, busca um caminho do meio entre os modelos que se entendem hegemônicos, ao optar por esse arranjo, as políticas adquirem densidade popular quando assume a tarefa de ao menos tentar descolonizar corações e mentes nas entranhas do país, “onde ninguém quer ir”, onde não há Estado (ou como em épocas passadas a única presença do Estado era o posto de polícia), e aos inserir a Interdisciplinaridade como mediadora, permite uma nova reflexão/ação das práticas educativas, como também sociais.

Sabemos que a maioria dos graduados em cursos superiores não exerce a profissão em que foi formado, essa é uma questão complexa pois é o tipo de situação com a qual não adianta ficar achando culpados, mas, utilizar os métodos disponíveis para conhecer o que precisa e onde precisa e como se deve fazer para chegar a solução da questão. Com efeito, a maioria dos formados em cursos superiores sai da graduação sem a garantia de trabalho, mas com suas capacidades cognitivas mais preparadas para exercer outras atividades e inclusive com melhor remuneração, é inegável que com a graduação, aprimoram suas expressões e o raciocínio. “Mas penso que nesse aspecto, pode-se obter resultado

ainda melhor com três anos de Bacharelado Interdisciplinar (BI). (RIBEIRO, 2018, p. 232).

A literatura sobre ensino superior aponta que a presença de novos modelos organizacionais e ofertas de cursos se justificam como respostas a essas pressões. Imaginar, por exemplo, que todos aqueles que vislumbram prosseguir nos estudos para além do ensino básico desejam ingressar em uma universidade clássica humboltiana, que preconiza carreiras bacharelescas assentadas na pesquisa, ensino e extensão, não corresponde a diversidade social que nos cerca (SANTOS; LIMA; CARVALHARES, 2020, p. 27).

A necessidade de mudança é inerente a sociedade contemporânea, portanto, admitir novos modelos organizacionais é até certo ponto saudável e é esse entendimento que os documentos e as ações do governo no âmbito do REUNI apontavam. No entanto, não podemos negar a comoditização do Ensino Superior é esse sim é de fato um problema, porém conforme Apple (2017), a “walmartização”⁵ e ainda pior pois se tornou um leviatã econômico de proporções mundiais, “Combinando uma ética de ‘serviço’ com concepções bíblicas e transformando o currículo dessas instituições educacionais para que negócios e finanças se tornassem matérias dominantes” [...], e nos parece que é esse conceito de conceito de comoditização e walmartização que está por trás das Universidades de Classe Mundial (UCM) (APPLE, 2017, p. 2018).

A concepção por trás da proposta do REUNI era a construção da Educação para o século XXI numa perspectiva de formação integradora está contida no Processo de Bolonha.

Sendo assim, o Processo de Bolonha representou uma transformação significativa no modelo de ensino universitário e concomitantemente um fortalecimento econômico dos países pertencentes a este bloco perante o mundo.

No cenário brasileiro, foi criado em 2006, na Universidade Federal do ABC (UFABC) em São Paulo, um novo modelo de educação superior composto por ciclos, tendo como resultado a implantação do Bacharelado em Ciência e Tecnologia. Este modelo foi influenciado pelo novo sistema de educação vigente na Europa (Processo de Bolonha) (VERAS, 2015, p. 11).

É uma proposta epistemologia, que substitui o “paradigma mecânico” pelo “paradigma sistêmico”, trata-se de privilegiar a ligações de interdependência entre os povos valorizando seus saberes a partir de uma educação que una e não a promoção do apartheid. Nesse contexto, é preciso evitar o agravamento da estratificação corrigindo a lógica de pensamento que media nossa percepção da realidade especializadora e simplificadora, pois essa lógica simplificante não contribui para a tomada de consciência do sujeito sobre sua condição objetiva na sociedade e as formas de transformação de tal condição.

O passo mais importante no contexto da expansão e interiorização do Ensino Superior com abordagem inteiramente Interdisciplinar, deu-se com a criação das de duas Universidades Interdisciplinares e Internacionais: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) criada pela Lei nº 12.289/2010, com sede na cidade de Redenção, Estado do Ceara e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) criada pela Lei nº 12.189/2010, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná (RIBEIRO, 2015).

A ideia de espacialização das novas universidades Federais inauguradas no Brasil, com proposta de cooperação internacional, faz parte de estratégia sistemática de internacionalizar o ensino superior, onde o Brasil faz parte, e procura uma posição estratégica nesse processo, envolvendo a zona do Atlântico Sul em um contexto geopolítico. Possuindo agora a educação como ferramenta de expansão de conhecimento, modelo esse já adotado em nações desenvolvidas, como as do continente europeu, através do Processo de Bolonha (RIBEIRO, 2015, p. 01).

O objetivo principal dessas instituições foi promover a integração científicas, culturais, sociais e ambientais de cooperação solidária em perspectiva intercultural, interdisciplinar e críticas, em um contexto da internacionalização solidária do Ensino Superior e da política de cooperação Sul - Sul. A UNILA voltada para os vizinhos latinos e integrantes do MERCOSUL, e a UNILAB para os países falantes

5 A "walmartização" é um termo alusivo às conhecidas práticas de relações do trabalho do gigante varejista Wal-Mart, é expressa uma tendência que vem se estendendo para outras áreas inclusive a educação que visa a elevação da produtividade, do lucro. Nos EUA em função da histórica ausência do Estado essas relações de poder entre capital e trabalho sob a égide do neoliberalismo a bruta, corrobora para isso o enfraquecimento dos sindicatos e a flexibilização ou extinção de leis trabalhistas sob o argumento que será melhor para todos. Faculdades e universidades conservadoras tiveram ativamente como estratégia ganhar dinheiro e prestígio através dessas conexões. De muitas maneiras, o apoio do Wal-Mart e sua visão ideológica se tornaram o salvador de várias dessas instituições. Tanto a corporação quanto as faculdades - organizações e instituições religiosas - tiveram papéis ativos. Não se tratava de um simples ato de imposição. Mas a relação entre negócios e serviço não acabou no nível do ensino superior. Ela também combinou um ativismo crescente nas instituições de ensino superior com o trabalho em outros níveis. Essa combinação levou à formação de organizações como "Students in Free Enterprise" (Sife), um forte grupo pró-business com base na faculdade, cujo poder cresceu. Eventos organizados, como competições de times, atividades com a comunidade e coisas similares, deu aos membros da Sife um senso de pertença a algum lugar e de fazer um bom trabalho que tanto iria ajudá-los em suas carreiras quanto trariam "verdades econômicas para o público. (APPLE, 2017, p. 218).

da Língua Portuguesa, portanto, o projeto é baseado nos princípios de cooperação solidária internacional entre os países da América Latina e Caribe, e os que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP (RIBEIRO, 2015).

De acordo o relatório de análise da expansão do Ensino Superior, a criação, desmembramento e transformação das universidades representou a intenção objetiva do governo federal em promover a interiorização do Ensino Superior Público, e ao mesmo tempo promover a integração com os países vizinhos, caribenhos e lusofônicos. Nesse sentido, em um contexto complexo, o velho entendimento sobre o papel da universidade como um instrumento de transformação social, representava também o passaporte do país para se credenciar objetivamente entre os grandes no cenário global (BRASIL, 2012).

Para Severino (2009), o Processo de Bolonha é uma iniciativa de reorganização do sistema de Ensino Superior dentro dos países da União Europeia, e segue um modelo de sociedade que traz problemas objetivos para a Universidade pois se move dentro das regras do mercado.

Trata-se a criação do Espaço Europeu de Ensino Superior. Na verdade, é a adoção do modelo inglês para formar uma educação europeia. A Europa continuaria querendo construir um império integrado, hoje usando o conhecimento como a nova arma. Estaria ocorrendo uma transição do paradigma do ensino para a aprendizagem. O indivíduo, como aprendiz, é que é responsável pela sua formação, não é o processo em si do ensino. Também não mais se pensam por políticas públicas, mas por estratégias governamentais. Está em processo a desregulação da educação pública, o Estado passa a ser apenas um avaliador, um supervisor, uma agência de controle e avaliação. Tudo passa por uma estratégia econômica de gestão. Trago à baila a referência ao processo de Bolonha pela reconhecida importância que a experiência europeia tem para nós. Sem dúvida, exercerá uma grande influência, nem sempre recebida e incorporada com o devido distanciamento crítico. (SEVERINO, 2009, p. 260).

Com efeito, deve ser observado o que nos alerta Severino tanto quanto a construção de um segundo modelo Hegemônico por parte da União Europeia, como pela incorporação de princípios do Modelo dominante Anglo-Americano que significa de certa forma o aprimoramento do modelo de mercado. Porém, deve-se também analisar com cuidado para que não se cometa imprecisões quanto ao modelo que se tentou construir nos governos do Partido dos Trabalhadores, pois a nosso ver, é

inegável os avanços nos 14 anos dos governos do PT os quais foram acompanhados de muitas transformações no campo das Políticas Públicas de cunho social e isso inclui o Ensino Superior, pois o Estado sob os governos da aliança progressista capitaneada pelo PT, foi direcionado a pôr parte significativa de seu peso no sentido de incluir os mais pobres, atualmente, assiste-se o declínio e a destruição dos programas de Ensino Superior daquele período e das Políticas Públicas como um todo, vale também lembrar que esse declínio se iniciou com o golpe de 2016 que alçou Temer a presidência da República, processo esse que certamente contribuir para a eleição de Bolsonaro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No formato que conhecemos do Ensino Superior, mais especificamente a Universidade conhecida como o modelo humboldiano não teve uma construção consensual, aliás, em nenhum momento da história do conhecimento foi fácil superar paradigmas que não mais davam conta do tempo presente, com efeito, devemos a Kant o debate que nos levou ao modelo que se tornou referência mundial de Ensino Superior Público. O eminente filósofo se insurgiu contra os resquícios do modelo medieval pois até aquele momento predominava nas Universidades alemãs, era composta de três faculdade -Teologia, Medicina e Direito -, a partir de um texto filosófico que ficou conhecido como o Conflito das Faculdades Kant questiona a posição relegada a filosofia no novo modelo que vinha sendo desenhado no âmbito da primeira reforma universitária que culminou na fundação da Universidade de Berlim. Naquela oportunidade, também se questionou o que chamou de ingerência do Estado na universidade, advogando pela liberdade de cátedra da qual usufruímos até hoje.

De modo geral, na trajetória do Ensino Superior no Brasil em comparação aos outros sistemas, o nosso é bem jovem, e se considerarmos seu início oficial início do século XX, concluiremos que temos um sistema que ficou centenário recente, portanto, é novo em relação ao Europeu do qual derivam todos os demais inclusive o norte americano com sua tendência hegemônica, tendência essa que se faz presente no novo modelo europeu estruturado a partir do que ficou conhecido como Processo Bolonha de 1999, o qual serviu de referência para a reforma do Ensino Superior brasileiro no governo Lula.

De certo é que vivemos enorme desafio para defender uma Educação Superior Pública, mas em grande medida nos recusamos a enfrentar certos problemas apontados na época da reforma proposta pelo ministro da educação Tarso Genro, relacionada a ociosidade de vagas nas IES, o resultado não poderia ser pior pois o relativo fracasso vindo muito pela resistência internas das Universidades Públicas só permitiu certa modernização do sistema na parte nova das velhas estruturas. Nesse contexto, as críticas as Políticas de Educação Superior desconsiderarem as desigualdades sociais, econômicas e políticas que refletidas no sistema público de ensino, do lado do governo tem o lençol curto do orçamento, a pressão do setor privado por subsídios e dos organismos internacionais por eficiência que em grande medida significa mais Mercado e menos Estado.

Portanto, as Políticas Públicas no âmbito do REUNI buscavam a equidade, mas, não conseguimos olhar para além das questões que imediatamente nos afetavam no âmbito das reformas e parece que perdemos uma boa oportunidade de construir um novo Ensino Superior não aos moldes dos modelos hegemônicos norte americano e europeu, salientamos que deve ser considerado que naquele período o país era governado progressista aberto aos entendimento, e nesse contexto, as armas deveriam ter sido baixadas para se alcançar o melhor para a sociedade, com a experiencia acumulada dos anos e com o exemplo do que não deve ser feito tendo em vista os modelos hegemônicos já mencionado, pois em tempos de mundialização não podemos achar que somos uma ilha e que nada feito pelos outro presta. Nos governos pós PT não se construiu mais ambiente para o entendimento, o que se experimentou foi um processo de desmantelamento do estado de bem estar social construído nos governos Lula e Dilma e as consequências do avanço das políticas neoliberais se abateu também sobre o Ensino superior Público, com perdas severas para as Políticas de Interiorização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. UNIVERSIDADE NOVA: textos críticos e esperançosos. Salvador: EDUFBA, 2007.

ALMEIDA FILHO, N. de; COUTINHO, D. Nova Arquitetura na universidade brasileira. Cienc. Cult. Vol. 63 nº 1. São Paulo, 2011.

ANDIFES. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012, sobre a Análise sobre a

Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. Disponível: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1361475592UFMT_-_Maria_Lucia_Neder_-_Relatorio_REUNI.pdf. Acesso: 12/05/2021.

APPLE, Michael W. A educação pode mudar a sociedade? Trad. Lilia Loman. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais –REUNI. Brasília: DOU, 2007.

BRASIL. Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. Brasília, 2012.

GRAMSCI, A. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: 3ª Ed. Civilização Brasileira, 1978.

LIMA, Licínio C; AZEVEDO, Mario L N de; CATANI, A M. O PROCESSO DE BOLONHA, A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIVERSIDADE NOVA. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino privado no Brasil. Disponível: <https://www.scielo.br/j/es/a/RKsKcwfYc6QVFBHy4nvJzHt/?lang=pt>. Acesso: 03/09/2021.

PEREIRA, J. M. M. As ideias do poder e o poder das ideias: o Banco Mundial como ator político-intelectual. Revista Brasileira de Educação v. 19 n. 56 jan.-mar. 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR: CONTEXTOS, DESAFIOS, POSSIBILIDADES. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009.

THIENGO, Lara Carlette. Universidades de classe mundial, ou, O fim da universidade como universitas? - Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019.

VERAS, Renata Meira (et.al). A trajetória da criação dos Bacharelados Interdisciplinares na Universidade Federal da Bahia. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, p. 621-641, nov. 2015.